



**PROCESSO DE LICITAÇÃO 030/SEMAIS/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/SEMAIS/2022**

1 – OBJETO

A presente Dispensa de Licitação tem por objeto proteger a vida, promover a segurança e saúde do trabalhador através da realização de serviços de medicina do trabalho, a seguir discriminados e obrigatórios aos empregadores, em conformidade com Consolidação das Leis dos Trabalhadores e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, seguindo as exigências do sistema e-Social.

2 – CONTRATADA

CBM - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA ME", pessoa jurídica de direito privado inscrito no C.N.P.J. sob o nº **09.305.430/0001-96**, com sede na cidade de **Tijucas - SC, Centro, Rua Rud Bayer, N° 177**.

3 – DO VALOR

O valor será no total de R\$ 13.884,99 (treze mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos).

4 – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A empresa contratada deverá prestar os serviços conforme solicitação da contratante e conforme Termo de Referência.

5 - DO PAGAMENTO

O pagamento será dividido em 03 (três) parcelas no valor de R\$ 4.628,33 (quatro mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos) cada, iniciando-se a partir do mês de outubro de 2022.

O pagamento será efetuado em até 30 dias após apresentação da Nota Fiscal.

6- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da presente Dispensa de Licitação correrá por conta do orçamento de 2022 da Secretaria de Administração e Finanças, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

03.01 04.122.0009 2.003.3.3.90.39.05.00.00.00 - 2

7 – DO FORO

SEMAIS – Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha



Fica eleito o Foro da Comarca de Tijucas/SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

8- DO FUNDAMENTO DA DISPENSA – JUSTIFICATIVA

Conforme preceitua o artigo 24, inciso II da Lei 8666/93, é dispensável a licitação:

II – Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Por seu turno, o valor previsto está no art. 23, I, “a” e II, “a”, da mesma Lei, *ipsis*

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação, atualizado pelo decreto 9412 de 18 de junho de 2018.

I - Para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
[...]

II - Para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

b) Convite - até R\$ 176.000,00 (Cento e setenta e Seis mil reais);

Importante destacar a ementa do prejulgado do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina:

O valor limite para compras e contratação de serviços por dispensa de licitação com base no art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93, se refere ao respectivo objetivo da aquisição, não tendo direta correlação com o item orçamentário pela qual se dará aquisição.

A aquisição, mesmo por dispensa de licitação, requer prévia indicação e provisionamento orçamentário, além de existência de recursos financeiros.

A dispensa de licitação com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal nº 9.648/98, constitui-se exceção, estando vinculada à justificativa plausível e inoccorrência de parcelamento de uma mesma obra, serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

A administração deve planejar adequadamente as compras e contratações necessárias, evitando a necessidade de aquisições por dispensa de licitação.

(Prejulgado do TCE/SC nº 0689)

SEMAIS – Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha



Neste sentido, é entendimento do prejulgado nº 1547 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

"Independente do objeto da aquisição, a dispensa de licitação em razão do valor, conforme previsto no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, só é admissível até o limite estabelecido no referido dispositivo legal. Em sendo determinação legal, os limites não comportam interpretação extensiva, ressaltando que o Tribunal de Contas não detém competência para o exercício da função legislativa nem exerce função autorizativa."

Da orientação do TCU, Acórdão 682/2006, extrai-se:

“Realize pesquisa de preços, na contratação por dispensa de licitação, de maneira a cumprir a determinação contida no artigo 43, inciso IV, da Lei de Licitações, fazendo constar formalmente os documentos que integram o processo a informação sobre a equivalência de preços”.

Ainda a Decisão 253/1998, do TCU, disciplina:

“Deve objetivar contratações de serviço e aquisições de pequeno valor, de igual natureza, semelhança ou afinidade, realizadas por dispensa de licitação, fundamentada no inciso II, do artigo 24, da Lei 8666/93. ”

Ademais se denota que a empresa oferece nos termos de sua proposta preço compatível com os praticados no mercado, conforme verificado pela Administração.

A empresa encontra-se constituída nos termos da legislação brasileira, apresentados as certidões no prazo de validade.

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Constata-se que o preço da empresa apresenta-se de acordo com o valor de mercado, sendo viável ao caso concreto, tudo conforme se desprende da documentação coligida aos autos.

Canelinha/SC, 15 de setembro de 2022

Ricardo Orlandi
Diretor do SEMAIS



ANEXO I

Planilha de Quantitativos e de Custos

Objeto: A presente Dispensa de Licitação tem por objeto proteger a vida, promover a segurança e saúde do trabalhador através da realização de serviços de medicina do trabalho, a seguir discriminados e obrigatórios aos empregadores, em conformidade com Consolidação das Leis dos Trabalhadores e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, seguindo as exigências do sistema e-Social.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço unit. Máximo	Preço total
1	A presente Dispensa de Licitação tem por objeto proteger a vida, promover a segurança e saúde do trabalhador através da realização de serviços de medicina do trabalho, a seguir discriminados e obrigatórios aos empregadores, em conformidade com Consolidação das Leis dos Trabalhadores e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, seguindo as exigências do sistema e-Social.	Mês	3	4.628,33	13.884,99
Valor Total					13.884,99